

O DISCURSO “VERDE”: PRODUZINDO ESPAÇO, VENDENDO PAISAGEM.

Itamar Rangel Vieira Junior¹

Resumo: Este artigo reflete sobre a construção do discurso ecológico como “discurso competente”, massificador e vazio de sentido para apropriação humana. Conhecendo o processo de produção da cidade, que transcende a produção econômica e se revela numa produção para a própria existência do homem, os valores pressupostos a esta (uso e troca dialeticamente), e a realização da paisagem, que assim como o solo urbano passa a ser elevada nas estratégias imobiliárias a condição máxima de mercadoria, tento compor um núcleo de conceitos que revelam em grande parte as noções do ambientalismo vigente, para restituir em um segundo momento depois de avaliá-lo criticamente, em uma perspectiva que não esvaziasse o homem como sujeito – sem reduzi-lo a “ação antrópica” – entendendo suas possibilidades de uso, restituindo-o a sua condição de homem-natureza indissociável da natureza material a ser “preservada”.

Palavras-chave: discurso “competente”; produção do espaço; paisagem.

A proposta

O discurso ecológico, pautado no cientificismo, impregnou o poder massificador do capitalismo vigente nas últimas décadas. A necessidade de preservação da natureza tornou-se imperativa, e o discurso desde então propôs separar a materialidade-espaço, produto do trabalho social, do chamado “meio-natural”, negando até certo ponto nossa condição e natureza humana. De “filhos da natureza”, passamos a vilões e algozes num discurso que desqualifica a ação humana e distorce o sentido do espaço e os usos que podemos realizar dele. Passamos da virtualidade do uso possível para as restrições de usar à lógica do consumo.

Para pontuar a discussão tento trazer à análise a relação do poder público (Estado) e das corporações imobiliárias, incorporando esse discurso e uso, estrito a produção econômica em detrimento ao uso possível e improdutivo (ou produtivo em um sentido mais amplo) do espaço para realização da vida. Salvador e sua

¹ Geógrafo, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia, é bolsista da FAPESB (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia). itavieira@gmail.com

área de expansão ao longo da avenida Paralela exemplificam a proposta que este artigo sugere: fomentar uma desconstrução do modelo ecológico-preservacionista imposto pelo sistema.

Refletindo sobre o espaço proposto elenquei os conceitos de discurso “competente”, produção do espaço, valorização (para discutir o valor de uso e valor de troca) e paisagem. A abordagem segue o caminho metodológico do materialismo-histórico-dialético, ampliado pela corrente humanista que abarca em seu método variáveis da dimensão do vivido e do subjetivo, e paradoxalmente prático da vida do homem. Autores como Henri Lefebvre, Ana Fani Carlos, Milton Santos e Marilena Chauí enriquecem com esses conceitos as idéias propostas inicialmente. Um olhar que tenta desvendar a lógica de produção da cidade e de percepção do vivido.

A produção do espaço

.Nessa perspectiva é possível revelar uma leitura da cidade a partir de sua própria produção. A produção do espaço é uma categoria central para discutir o urbano e a cidade (CARLOS, 2004). Mas, diferente da proposta metodológica marxista de utilização apenas do método materialista-dialético, como disse anteriormente, que reduziria a análise esvaziando o pensamento sobre a cidade apenas como lócus da produção capitalista, o homem como força de trabalho, a cidade como valor de troca. Adicionando a essa análise variáveis que estão além da materialidade e permeiam dialeticamente as relações sociais, é possível desvelar um novo sentido para o conceito. Uma produção do espaço que está além da produção econômica, e se revela numa produção para a própria existência da vida. Uma produção que realiza a própria vida humana permeada de ações que revelam a necessidade de se apropriar do espaço seja como homem-natureza ou indivíduo-social, numa dialética permanente.

O cotidiano seria essa variável que amplia a análise e a discussão em torno do urbano e da produção. Cotidiano (CARLOS, 2004) entendido como rede de

ações diárias que permite ao homem realizar a vida. Um nível de análise para entender a produção que extrapola a produção econômica.

Seguindo essa trilha do cotidiano que incorpora na produção do espaço os modos de vida, de consumo, valores e necessidades, chegamos a uma escala de abordagem que revela esse plano do vivido: o lugar. Lugar como espaço vivido e como ponto de realização do mundo. Considerando a cidade a partir da rede de lugares, que revela o nível do sensível e da percepção do homem, ampliamos os horizontes e as discussões, passamos a entender a produção a partir de cada agente, não somente pela cidade revelada pelo trabalho social, mas da cidade que surge da emoção e do nível do sensível de cada um.

A produção do espaço é dialética: é a ordem “distante”, brutal, massificadora, pontual, vertical em contraposição a ordem “distante”², nascida no plano do vivido, dos desejos humanos, da vizinhança, da co-presença, leitura esta observada na obra de Lefebvre (2000). Uma produção de objetos (fruto do trabalho) e de vida humana (fruto da razão e sensibilidade) – isto não implica que os objetos estejam desprovidos dessa segunda variável, mas aplicável à produção massificadora – que termina por ser revelado pelo plano do vivido: o lugar e o cotidiano.

Na produção capitalista do espaço, o solo é elevado à condição máxima de mercadoria e nesse se sobrepõe a mais-valia, maximizada em lucros. Um processo de valorização, inserido numa lógica perversa e que cria conflitos e barreiras para a reprodução da própria vida. Aí é que entra a dialética entre valor de uso e valor de troca. O valor de uso é revelado pelo uso que é parte do cotidiano do homem. É no uso que a vida se realiza. Por isso mesmo é que Ana Fani considera que nessa relação ela se sobrepõe à troca, porque apesar do valor de troca fomentar a acumulação capitalista, a função do espaço é o uso já que trás nele embutido sua essência: a vida. O valor de troca reorienta perversamente as práticas sociais, fragmentando o espaço (pelas estratégias) e a sociedade (pelo poder do consumo) e revela uma nova urbanidade, caracterizada como a

² Milton Santos em sua obra “A Natureza do Espaço” (1996) faz uma leitura similar com os conceitos de “normas hegemônicas” e “normas cotidianas”.

predominância dos objetos (a paisagem nesse sentido pode ser lida dessa forma), em detrimento às relações sociais e da emergência de um individualismo de massa, onde a mercadoria é contemplada pelo signo, redefinindo as relações sociais.

Mesmo nessas circunstâncias o uso seria a finalidade última e ampliaria a discussão para o nível do observável e não-observável na subjetividade e objetividade do cotidiano. É a apropriação, como uso do espaço para a realização da vida (corpo e sentimento), em detrimento à dominação sobre a Natureza material que se sobrepõe a esta com a densidade técnica, a criação³ e substituindo-a com seus objetos, pertinente leitura que a autora faz de Lefebvre e sua reflexão filosófica.

É entendendo o uso da cidade, distinguindo entre as formas de apropriação e dominação no/do espaço é que chegamos a condição de usuário e usador da cidade. Como usuário o habitante da cidade “se transforma num consumidor de serviços na cidade”(p.105), é o homem vivificado com a cidadania imbuída do desejo consumista. Como usador, “sentido dado pelos modos de apropriação do espaço para vida” (idem), se realiza homem e se apropria do espaço como condição e produção da própria existência, transformando a vida.

É assim que se orienta a um uso produtivo (econômico *stricto sensu*) que realiza na cidade uma segregação orientada pelo sentimento de “raridade” e “escassez” que agrega ao valor de troca, e ao outro uso improdutivo (ou não econômico) centrado na vida e no cotidiano em que realiza a segregação espontânea. Um uso revelado mais uma vez pelo corpo e atividade e em movimento pelos sentimentos como variáveis que revelam a essência do espaço. É o plano do habitar (com seu significado de “usador” e não “usuário”) imbuído do plano do vivido, do plano do cotidiano que está na base do sentido da vida.

O discurso e o discurso “competente”

³ Lefebvre distingue sobre o conceito de espaço e natureza. Para ele o espaço é produto social, engendrado pela lógica do sistema vigente e do cotidiano carregado de sentimentos imanentes ao homem. A natureza diferente do espaço não é produto, se cria independentemente. (Le production de l'espace, 2000;97-98)

Dentro dessa produção da cidade é possível destacar o discurso hegemônico vigente que encontram uma representação do espaço e tempo conivente com o exercício de sua prática econômica e política. Para entender o processo de qualificação ambiental de áreas urbanas em detrimento de outras debruçemo-nos para desvendar as razões do discurso ecológico e do discurso em si.

Sobre o discurso, como instrumento homogeneizante e massificador, Chauí (1993) diz que: “O discurso competente é aquele que pode ser proferido e aceito como verdadeiro e autorizado [...] porque perdeu os laços com o lugar e o tempo de sua origem” (p.7). É caracterizado pelo culto ao cientificismo, isso porque a ideologia contemporânea é cientificista, supervalorizando o conhecimento sistemático.

Sendo assim “o discurso competente é o discurso instituído” já que está carregado da linguagem institucionalmente permitida e autorizada. Nasce na esfera burocrata e ganha fôlego no discurso genérico de homens reduzidos à condição de objetos sócio-econômicos e políticos.

Pela leitura marxista se revela a princípio como um discurso burguês, na forma clássica, proferido do alto com um poder legislador, ético e pedagógico. A seguir incorporando a “burocratização e organização” (idem, p.10) converte-se em discurso anônimo e impessoal, pressupondo apenas a racionalidade dos fatos.

O discurso do especialista (aqui na nossa análise o ambientalista, muitas vezes ambientalista catástrofista) se revela “discurso competente”. Para que este encontre campo fértil – para que ironicamente possa “florescer” – é imprescindível que não haja sujeitos, mas apenas homens reduzidos a condição de “objetos sociais” (ibidem, 12). Esvaziado como ser social e político, os homens se revalidam por uma competência que os legitima como pessoas privadas transferindo o discurso da esfera burocrata para o plano individual.

Ampliando ainda mais o conceito chegamos a um ponto crucial: os discursos derivam-se de outros discursos – com os mesmo princípios – e ensinarão, como num manual, o modo como o indivíduo se relaciona com outros homens e com o mundo (espaço). Para dominar a natureza nos apropriamos do

discurso ecológico ou “verde”. Modelos científicos que esvaziam a percepção humana, e a produção da existência para a vida. A dimensão de contato do homem com seu meio, do homem-natureza como parte indissociável da Natureza material é esvaziado, desaparecendo como sentido na sociedade contemporânea invalidada pelos artifícios mediadores do conhecimento científico.

Chauí identifica algo aterrador no discurso competente: ele não exige submissão, mas a interiorização de suas regras, e, quem não consegue pode ser desqualificado diante da sociedade. Regras impostas para nos avaliar como competentes para o exercício de viver e produzir espaço.

A paisagem

Voltando a discussão para o exemplo proposto, a avenida Paralela, a área é reflexo de um acentuado processo de descentralização urbana e industrialização ocorrido em fins da década de 60. Assim é fruto de um processo de desenvolvimento e crescimento urbano da cidade. Com quatorze quilômetros de extensão, é consequência deste período de aumento da malha viária da cidade, atendendo a demanda de melhoria da circulação e a um movimento de expansão para novas áreas do sítio urbano. As obras foram iniciadas em 1967, sendo a primeira pista concluída em 1971, e a segunda em 1974, ao mesmo tempo com o Centro Administrativo do Estado, e, mais tarde, alguns conjuntos habitacionais financiados pelo Estado nas áreas adjacentes. Idealizada pela necessidade de uma via direta para o município, um vetor de expansão para as terras ociosas da cidade, a avenida abriu juntamente com suas vias secundárias, a possibilidade de ocupação de uma área de aproximadamente cem quilômetros quadrados (SCHEINOWITZ, 1998), incluindo seu entorno. Nesta época quase a totalidade da população de Salvador concentrava-se em uma área equivalente a 30% das terras do município.

Junto com a expansão física da cidade, evidenciada não só pela construção da Avenida, como das demais avenidas de vales, ocorre também uma mudança que reestrutura o acesso a terra na cidade, antes baseada na enfiteuse – “direito

real alienável e transmissível aos herdeiros, e que confere a alguém o pleno gozo do imóvel mediante a obrigação de não deteriorá-lo e de pagar um foro anual, em numerário ou em frutos; aforamento, empraçamento, etc”⁴. Com a chamada “Lei de Reforma Urbana”, promulgada em 1968, 11 dias antes do AI-5 – Ato Institucional nº 5 que fechou o Congresso e inaugurou a fase mais dura do regime militar – o governo municipal transfere um significativo patrimônio de terras públicas (25 milhões de metros quadrados, situadas no eixo natural de expansão da cidade), transferindo sua concentração para o setor privado a preço simbólico. A partir de então se estruturou ao longo de três décadas um mercado imobiliário nos moldes capitalistas, colocando a área da avenida em um patamar de um dos metros quadrados mais caros da cidade.

A proposta era, na voz do representante do Estado na esfera municipal, o prefeito “biônico” Antônio Carlos Magalhães, a de extinguir o latifúndio e obter recursos para o projeto de ampliação da malha viária da cidade – a abertura das “avenidas de vales” – bem como um programa habitacional, vendeu quase 10% da área da cidade. Para os especuladores de plantão que ansiavam por uma reforma desse tipo, foi a “negociata do século”. Os especuladores ganharam com o preço irrisório da terra, a ampla reforma urbana feita nessas áreas, incluindo-se aí a mudança locacional dos elementos estruturantes do espaço urbano como o Centro Administrativo do Estado e ainda obtiveram recursos federais para as obras. A partir de então a área elevou-se a categoria de reserva de valor.

Avançando no tempo, em 1995, a Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal do Salvador – na gestão da prefeita Lídice da Mata, pertencente a um partido de esquerda - produziu um documento denominado “Modelo de Uso e Ocupação do Solo para Áreas Adjacentes à Avenida Paralela” que exemplifica o discurso ecológico do Estado legitimando o seu uso “produtivo”. Já na caracterização da área destaca:

“o **valor ambiental e paisagístico** da área, sua importância para o desenvolvimento econômico da Cidade, as pressões para

⁴ Dicionário Aurélio Século XXI, [CD-ROM], versão 3.0, 1999.

parcelamento do solo recente e obrigatoriedade legal dos empreendedores em doarem 35% de suas terras ao Município, tornou-se imperativo uma reavaliação do impacto do crescimento da área e das definições de uso e ocupação.” (SEPLAN, 1995,p.5)

O Plano pede a compatibilização da produção com o Plano Diretor e a LOUOS (Lei de Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo) que direciona a margem do “Miolo”⁵ para a ocupação popular, enquanto a “área da Orla” (Atlântica) para habitações de porte médio e alto. A segregação instituída no documento diz que se deve “permitir a ocupação por população de renda mais alta, às margens da Paralela, vinculadas às solicitações de mercado...”(p.6)

O grande filão da reserva de valor dos terrenos solváveis da cidade – entre o posto 2 e o Rio Jaguaribe – foi “qualificado” e delimitado como Área de Proteção aos Recursos Naturais – APRN da Bacia do Rio Jaguaribe que define áreas edificáveis, áreas de preservação permanente e áreas de preservação controlada. As áreas de preservação permanente restringem-se as áreas de encostas e vales, e as áreas de preservação controlada serviriam de suporte às **áreas residenciais**, parques públicos e, espaços para usos institucionais.

As diretrizes apoiadas explicitamente no paradigma do planejamento estratégico revelam como princípio: “garantir o desenvolvimento sustentável da área, compatibilizando sua **preservação ambiental e equilíbrio ecológico** com seu desenvolvimento econômico.”(p.7)

O “meio ambiente” num capítulo à parte do referido documento, resguarda informações a respeito da “riqueza” vegetal e natural da área. O discurso científico legitimado nas leis que negam o uso para reprodução da vida, mas legitimam o uso da mercadoria **paisagem**.

Aqui, acredito que a categoria paisagem caracterize bem a forma-conteúdo vendida na cidade. Para Santos (1997, p.61-62) paisagem é tudo que o domínio do visível (do corpo, da percepção) abarca. É sensação e produção social, formada de volume, profundidade, formas, etc. Uma dimensão do espaço na fenomenologia Husserliana, apreendida pelo cognição humana, num processo

⁵ Área central do sítio urbano compreendida entre a BR-324 e a avenida Paralela.

perceptivo, interpretativo e seletivo de apreensão de um dado espaço. Seja paisagem construída pelo trabalho, ou fruto da natureza material apropriada pela sociedade, revela na sua produção contemporânea um valor de troca que a caracteriza como objeto-mercadoria, reificada pelo discurso ecológico.

Ampliando o debate

A finalidade máxima do plano a “compatibilização de uso e ocupação da “Bacia do Jaguaribe” com a sua proteção. Com uma área de quase 1007 hectares, reserva nesse contexto uma parte para a “capacidade de carga” de 400 mil habitantes que poderiam ao longo dos próximos anos serem alocadas para as áreas de uso residencial.

Uma área reservada, legitimamente pelo discurso ecológico, vendido pelo Estado e pelas corporações imobiliárias. Em outro plano realizado por um consórcio encabeçado pela OAS Empreendimentos Ltda.(maior proprietária de terrenos da área) intitulado “Paralela 2000” adapta o mesmo discurso para vender paisagem: “remanescente de Mata Atlântica”, “qualidade de vida”, “ar puro”. O “verde” incorporado á lógica imobiliária ganha status de mercadoria e permeia o objeto reificado pela necessidade de “morar” da classe média.

Em 2001 o Grupo Alphaville instala um projeto de habitação na área que poderia ser lido – de acordo com o discurso que lhe convém – como reserva ambiental ou reserva de valor, na mesma APRN que definia áreas de proteção ambiental. O “verde” estrategicamente e potencialmente reservado (valor de troca) é revelado nas estratégias publicitárias do grupo imobiliário, na condição não mais de natureza, mas de paisagem-mercadoria. Em 24 horas todos os lotes foram vendidos – com significativo protesto de ONG’s ambientalistas (?) – e em um ano, os lotes se valorizaram 67%, talvez o mais lucrativo dos empreendimentos possíveis na reprodução capitalista na cidade.

A área que durante anos permaneceu como reserva de valor, foi depois amparada pela lei e elevada à condição de reserva ambiental (podemos honestamente ler valor-econômico-ambiental). Um processo iniciado

perversamente por um agente (o prefeito biônico) e hoje perpassado na produção de outros agentes (imobiliários e todos os outros que poderiam estar enumerados aqui).

É assim que longe de finalizar a discussão faço uma proposta: a cidade antes de se realizar nas estratégias de planos e projetos (sejam ambientais ou não), trás imanente à produção o direito ao seu uso que só pode ser entendido no plano do habitar (viver), plano “supremo de uso”, negando o valor de troca. A cidade pode ser entendida e apropriada plenamente com a ruptura das estruturas existentes, através do que Fani (2004, p.154) chama de crítica radical do existente. Só assim será possível fomentar a realização plena do cidadão como homem-natureza. O “apropriar” como ação última no espaço para realização de nossa própria existência. A paisagem apropriada, não dominada. A cidade usada, não vendida.

Referências bibliográficas:

CARLOS, A. F.A. *O Espaço Urbano. Novos escritos sobre a cidade*. Ed. Contexto, São Paulo, 2004.

CARLOS, A. F. A. *O Meio Ambiente Urbano e o Discurso Ecológico*. Revista do Departamento de Geografia USP/FFLCH, nº 8, 1994.

CHAUÍ, M. S. *Cultura e Democracia. O discurso competente e outras falas*. 6 ed. Ed. Cortez. São Paulo. 1993.

LEFEBVRE, H. *Le Production de L'espace*. 4 ed. Anthropos. Paris. 2000.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR. *Modelo de uso e ocupação do solo para áreas adjacentes à Avenida Paralela*. Centro de Planejamento Municipal. Salvador, 1995.

SANTOS, M. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4.ed. São Paulo, EDUSP, 2004.

SANTOS, M. *Metamorfoses do Espaço Habitado*. 5. ed. São Paulo, HUCITEC, 1997.

SCHEINOWITZ, A.S. *O Macro Planejamento da Aglomeração de Salvador*. Secretaria da Cultura e Turismo, Salvador, EGBA, 1998.